

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UM ESTUDO SOBRE O TRATAMENTO DO LÉXICO DE MATRIZ AFRICANA NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO

Maria Adelúcia dos Santos ¹
Roberto Nascimento Vitorino ²

RESUMO

O presente artigo analisa o tratamento dado ao léxico de matriz africana nos livros didáticos de Língua Portuguesa utilizados no Ensino Médio, com o objetivo de verificar de que forma tais elementos linguísticos são incorporados e contextualizados nos conteúdos escolares. Para tanto, foi proposta a seguinte questão-problema: os livros didáticos de Língua Portuguesa contemplam conhecimentos voltados para o estudo do léxico africano que foram incorporados ao português brasileiro? Assim, para delimitar a investigação, a coleção do Ensino Médio Português: Identidade, da Editora Saraiva, dos autores William Cereja, Carolina Dias Vianna e Christiane Damien, foi escolhida como objeto de análise da pesquisa. A pesquisa está fundamentada em uma abordagem qualitativa e documental, com base em autores como Castro (2012), o qual aborda o vocabulário de matriz africana incorporado ao português brasileiro, bem como Quijano (2005), que trata dos estudos decoloniais, tendo em vista as questões étnico-raciais analisadas. Também se considera o marco legal da Lei nº 10.639/2003, que orienta a valorização da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar. Os resultados preliminares apontam para uma presença pontual e, muitas vezes, descontextualizada do léxico afro-brasileiro, evidenciando lacunas na efetivação de uma proposta pedagógica antirracista. A análise demonstra a necessidade de maior intencionalidade didática na abordagem de conteúdos linguísticos relacionados às identidades negras e à diversidade cultural brasileira.

Palavras-chave: Língua Portuguesa, Léxico africano, Livro didático, Relações étnico-raciais, Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

Acerca da formação lexical do português brasileiro, é fundamental reconhecer que sua trajetória resultou de contínuas influências linguísticas que, atuando sobre a vertente metropolitana, culminaram na construção de uma variante própria. A variação notada no âmbito da fonética, da sintaxe e, sobretudo, do léxico, é resultado da atuação de fatores históricos, dentre eles a presença africana na história brasileira entre os séculos XVI e XIX.

¹Mestra do Curso de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN, adelucia2009@gmail.com;

² Graduado pelo Curso de Letras da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, betovoice@hotmail.com.



No entanto, o reconhecimento da influência das línguas africanas na formação do nosso português ainda é obstaculizado por uma perspectiva purista que, ao defender um modelo linguístico padrão e homogêneo, insiste em rotular os falares negro-africanos como elementos de "deformação" da Língua Portuguesa.

O modelo de ensino construído sob o viés eurocêntrico colabora para a carência nos estudos das línguas africanas que transformaram o sistema lexical do português falado no Brasil, culminando com a falta de sistematização do trabalho com o léxico, e com a consequente falta de reconhecimento da identidade linguística do aluno.

Nesse contexto de hegemonia e de lacuna curricular, o livro didático adquire uma importância crítica, uma vez que se constitui como um dos principais veículos de conhecimento em sala de aula. Assim, torna-se essencial analisar como ele reflete a diversidade e a história linguística do país. Portanto, o presente estudo propõe a seguinte questão-problema: Os livros didáticos de Língua Portuguesa contemplam conhecimentos voltados para o estudo do léxico africano que foram incorporados ao português brasileiro?

Para responder à questão-problema, a presente pesquisa se direcionou para o seguinte objetivo geral: analisar o tratamento dado ao léxico de matriz africana em livros didáticos de Língua Portuguesa utilizados no Ensino Médio, com o objetivo de verificar de que forma tais elementos linguísticos são incorporados e contextualizados nos conteúdos escolares.

Especificamente, busca-se: (1) Mapear a incidência e a distribuição dos vocábulos de matriz africana no *corpus* documental selecionado, identificando a frequência e os domínios de ocorrência lexical. (2) Analisar as estratégias didáticas empregadas na apresentação do léxico de matriz africana, examinando sua inserção estrutural (em glossários, seções específicas ou textos-base) nos livros didáticos. (3) Avaliar a profundidade e a natureza da contextualização (histórica, etimológica e sociocultural) conferida aos vocábulos de origem africana, a fim de determinar se a abordagem contribui para a valorização da diversidade linguística e para a desconstrução de hierarquias. (4) Correlacionar o tratamento do léxico de matriz africana nos materiais didáticos com as prerrogativas estabelecidas pela Lei nº 10.639/03, visando verificar a efetivação de uma pedagogia que contemple as relações étnico-raciais na área de Linguagens.

Em termos metodológicos, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e de natureza documental, direcionada à análise de conteúdo do material didático. O *corpus* de investigação foi delimitado à coleção de Língua Portuguesa para o Ensino Médio,



Português: Identidade (Saraiva), dos autores William Cereja, Carolina Dias Vianna e Christiane Damien. Esta coleção foi selecionada como *corpus* documental específico para o mapeamento e a análise do tratamento conferido ao léxico de matriz africana, permitindo uma investigação aprofundada das estratégias didáticas adotadas em um material de ampla circulação no contexto escolar.

A análise se fundamenta teoricamente em autores que discutem o léxico de matriz africana Castro (2012) e nos estudos decoloniais (Quijano, 2005), além de considerar o marco legal da Lei nº 10.639/03, objetivando examinar a incorporação e a contextualização dos vocábulos afro-brasileiros no discurso didático.

Este estudo é relevante dada a urgência de se promover uma educação linguística que seja, antirracista e assim reflita a formação multicultural do nosso país. A persistência de um viés eurocêntrico no material didático não apenas desvaloriza a riqueza histórica do português brasileiro, mas, principalmente, contribui para a invisibilidade e para o apagamento das identidades negras no cenário escolar. Logo, analisar o livro didático é fundamental para identificar as lacunas e propor caminhos para a efetivação da Lei nº 10.639/03, transformando o ensino de Língua Portuguesa em um espaço de reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial.

A análise da coleção didática selecionada revelou que o tratamento dado ao léxico de matriz africana na formação do português brasileiro é pontual e, em grande parte, superficial. Os resultados indicam uma prevalência da inserção desses termos em caráter isolado, falhando em integrá-los de forma sistemática e intencional na discussão sobre a formação e a identidade do português brasileiro. Em síntese, o estudo demonstra a persistência de lacunas significativas na efetivação das propostas de uma educação linguística que seja verdadeiramente antirracista e alinhada às demandas da Lei nº 10.639/03, sublinhando a necessidade urgente de maior criticidade e intencionalidade didática na abordagem de conteúdos linguísticos relacionados à diversidade cultural e étnico-racial do país.

METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem de natureza qualitativa e documental, sendo direcionada à análise de conteúdo do material didático selecionado. A escolha por este método justifica-se pela necessidade de investigar em profundidade as estratégias



didáticas e a natureza da contextualização empregada no tratamento do léxico de matriz africana, fugindo de uma mera quantificação.

Em relação ao *corpus* de investigação, foi delimitada a coleção didática de Língua Portuguesa para o Ensino Médio, *Português: Identidade*, da Editora Saraiva, de autoria de William Cereja, Carolina Dias Vianna e Christiane Damien, aprovada pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2026-2029. A coleção foi selecionada como *corpus* documental específico para permitir o mapeamento detalhado e a análise do tratamento conferido aos vocábulos de origem africana, visto ser um material de ampla circulação no contexto escolar brasileiro.

A investigação abrange os três volumes da coleção, correspondentes às três séries do Ensino Médio, com foco particular nas seções que abordam a Formação de Palavras e o estudo de Estrangeirismos e Empréstimos.

A pesquisa foi estruturada em quatro etapas analíticas inter-relacionadas, visando operacionalizar o objetivo geral de análise do tratamento dado ao léxico de matriz africana: a) Mapeamento e Incidência Lexical; b) Análise das Estratégias Didáticas; c) Avaliação da Contextualização; d) Correlação Legal e Pedagógica

Sobre o mapeamento e a incidência lexical, mapeou-se ocorrência e distribuição dos vocábulos de matriz africana, identificando sua frequência e os domínios de ocorrência no material didático, tais como textos-base, questões, boxes explicativos ou glossários. Com relação à análise das estratégias didáticas, foram examinados os recursos pedagógicos utilizados para apresentar o léxico de matriz africana, avaliando sua inserção estrutural nos livros.

Sobre a avaliação contextual, analisou-se a profundidade e a natureza da contextualização conferida aos vocábulos- histórica, etimológica e sociocultural-, com o intuito de determinar se a abordagem contribui para a valorização da diversidade linguística e para a desconstrução de hierarquias linguísticas. Por último, sobre a correlação legal e pedagógica, o tratamento do léxico foi correlacionado com as prerrogativas estabelecidas pela Lei nº 10.639/03, visando verificar a efetivação de uma pedagogia que contemple as relações étnico-raciais (ERER) na área de Linguagens, conforme o marco legal.

A análise é teoricamente fundamentada em autores que discutem a incorporação do léxico de matriz africana ao português brasileiro, como Castro (2012) e nos estudos decoloniais, Quijano (2005), cruciais para a análise das questões étnico-raciais e para a desconstrução do viés eurocêntrico. Adicionalmente, o estudo toma como marco legal a



Lei nº 10.639/03, que orienta a obrigatoriedade da inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar, norteando a avaliação da intencionalidade didática antirracista.

REFERENCIAL TEÓRICO

A presente pesquisa se fundamenta em um tripé teórico-conceitual essencial para a análise da articulação entre o léxico no material didático e as relações étnico-raciais (ERER) no Brasil: o marco regulatório da Lei nº 10.639/03, a historicidade da matriz lexical africana no Português do Brasil e o paradigma dos estudos decoloniais.

3.1 A Lei nº 10.639/03 e o Imperativo Curricular Antirracista

A Lei nº 10.639/03 alterou a Lei de diretrizes e Bases da Educação, tornando obrigatório o ensino da História e da Cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino fundamental e médio, além de instituir o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar. A norma determina que os conteúdos deverão ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, evidenciando as áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. A medida constitui uma importante conquista para a luta contra o racismo, ao promover a igualdade, equidade e valorização da diversidade racial.

No entanto, nota-se que a maioria das instituições não cumprem a lei de forma efetiva, sobretudo quando se trata da aplicação dos conteúdos ao longo do ano letivo, limitando a sua abordagem a comemorações e eventos pontuais no Dia 20 de novembro. Vários fatores contribuem para esta lacuna curricular, dentre eles a formação docente e a falta de subsídios educacionais voltados para a temática.

Em se tratando do ensino de Língua Portuguesa, a lei menciona, de forma explícita, a área de Literatura, porém não restringe a aplicação a este campo do saber. Uma vez que abrange a aplicação no âmbito de todo o currículo escolar, é evidente a necessidade de contemplar e valorizar a contribuição linguística africana em outras áreas, tais como o léxico, a fonética e a sintaxe.

3.2 O Léxico de Matriz Africana: Contribuição Estrutural e Desafio Didático

Considerando-se a formação da Língua Portuguesa no Brasil, nota-se que o idioma foi influenciado por outras línguas com as quais manteve contato e que



colaboraram diretamente para a construção de uma variante da vertente “metropolitana”. A variação notada no âmbito da fonética, da sintaxe e, sobretudo, do repertório lexical, é resultado da atuação de fatores históricos, dentre eles a presença africana na história brasileira entre os séculos XVI e XIX.

Segundo Castro (2012, p.37), é evidente a participação das línguas negroafricanas na configuração do patrimônio linguístico do português do Brasil, considerando que os vocábulos aqui integrados:

São palavras portadoras de elementos culturais compartilhados por toda a sociedade brasileira, no âmbito da recreação (*samba, capoeira*), dos instrumentos musicais (*berimbau, cuíca, agogô*), da culinária (*mocotó, moqueca*), da religiosidade (*candomblé, umbanda*), das poéticas orais (os *tutus* dos acalantos, o *tindolelê* das cantigas de roda), das doenças (*caxumba*), da flora (*dendê, maxixe, jiló*), da fauna (*camundongo, minhoca*), dos usos e costumes (*cochilo, muamba*), dos ornamentos (*miçanga, balangandã*), das vestes (*tanga, sunga*), da habitação (*cafofo, moquiço*), da família (*caçula, babá*), do corpo humano (*bunda, corcunda, banguela, capenga*), das relações pessoais e de carinho (*xodó, denço, cafuné*), dos insultos (*sacana, lelê*), do mando (*bamba, capanga*), do comércio (*quitanda, muamba, maracutaia*).

Em face dessas considerações, é inegável o papel estruturante dos aportes lexicais de matriz africana na constituição do vocabulário do Português do Brasil. Tais africanismos permearam e enriqueceram diversos segmentos da cultura nacional, manifestando-se de forma proeminente na musicalidade, na culinária, nas relações familiares, no vestuário e na religiosidade, entre outros domínios da vida social brasileira.

3.3 Colonialidade do Saber e a Perspectiva Decolonial na Linguagem

A análise da omissão e da superficialidade na abordagem do léxico africano é inseparável da crítica à Colonialidade do Saber, conceito desenvolvido por Aníbal Quijano (2005). A colonialidade, um padrão de poder que sobrevive ao colonialismo formal, manifesta-se no ambiente escolar através de um modelo de ensino eurocêntrico que privilegia saberes e culturas europeias, culminando em uma "lacuna curricular" sobre as línguas africanas.

Ao negligenciar o papel estrutural do léxico africano, o livro didático perpetua a invisibilidade histórica da matriz africana na constituição da identidade linguística nacional. A perspectiva decolonial exige que o ensino de Língua Portuguesa promova um giro epistêmico, no qual o léxico de matriz africana seja trabalhado não como mera curiosidade etimológica, mas como um ato político e identitário. Portanto, o material



didático precisa de uma maior intencionalidade didática para transformar o ensino de Linguagens em um espaço de reconhecimento da diversidade étnico-racial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise da obra da 1ª Série

A análise do léxico na obra está contida no Capítulo 6, especificamente na seção “Língua e Linguagem”. O tema central é a “Formação das Palavras”, cuja abordagem se desenvolve sequencialmente em três partes: “Foco no texto”, “Reflexões sobre a língua” e “Texto e enunciação”, cujo objetivo é entre outros, “Conhecer alguns dos processos de formação de palavras de nossa língua, por sua vez, permite que se perceba a origem de muitas palavras, o que também contribui para compreender melhor os sentidos delas nos textos”.

Na abordagem referente à “Formação de palavras”, a seção inicia com o “Foco no texto”, o qual menciona um trecho apresentado anteriormente, no mesmo Capítulo, especificamente no conteúdo “Barroco II”. O texto apresentado trata-se de um fragmento retirado do livro *Pequeno manual antirracista*, de Djamila Ribeiro, que faz uma crítica ao chamado mito da democracia racial e que cita diversos intelectuais negros brasileiros, dentre eles, a escritora Lélia Gonzalez.

No referido capítulo do LD, a apresentação do conteúdo segue com a exposição de uma notícia acerca de uma homenagem a Gonzalez, como uma expoente do pensamento antirracista no Brasil. Além da notícia, a página traz uma biografia da escritora, seguida de questionamentos acerca de determinadas palavras empregadas, levando o estudante a refletir criticamente sobre sua formação e seu contexto de uso.

A partir das reflexões promovidas mediante as questões aplicadas sobre o texto, o léxico é trabalhado de forma direta e relevante para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), especialmente através da valorização e análise de neologismos criados pela intelectual.

A primeira questão foca na conotação positiva dos termos usados para caracterizar Lélia Gonzalez: "pesquisadora e militante", "importante expoente do pensamento antirracista", "um dos nomes mais importantes do pensamento antirracista brasileiro", "ligada à prática", "intelectual da práxis". A análise desses cumpre um papel fundamental da ERER: promover a representatividade positiva de personalidades negras. Ao utilizar um léxico de destaque e relevância acadêmica/social, o texto combate



estereótipos e fixa Lélia Gonzalez no imaginário como uma figura de autoridade intelectual e ativismo concreto.

A segunda questão é a mais crucial para a análise lexical sob a ótica da ERE, pois trata dos conceitos criados por Lélia Gonzalez que subvertem a nomenclatura colonial. Estes neologismos não são meros acréscimos linguísticos, mas sim formações compostas por cruzamento que funcionam como atos políticos de ressignificação espacial e linguística. O termo "América" rejeita a nomenclatura eurocêntrica e articula a inclusão estrutural da matriz africana no continente americano, enquanto "pretuguês" e o deduzido "amefricanidade" operam uma valoração da variação linguística e cultural negra.

Desse modo, a análise lexical apresentada insere a formação de palavras no campo da crítica antirracista, demonstrando como a intervenção no léxico é central para a construção de um pensamento decolonial.

Na seção seguinte, destinada às reflexões sobre a língua, a língua portuguesa é definida como uma construção viva e dinâmica que reflete as transformações que ocorrem na sociedade, seja no âmbito cultural, seja no âmbito do desenvolvimento tecnológico e das relações econômicas. Nessa parte são apresentados os principais processos pelos quais as palavras se formam ou novas palavras se incorporam à língua portuguesa. Aqui, esperava-se que o livro considerasse a contribuição dos termos de origem africana como empréstimos, notadamente no âmbito cultural, os quais são decisivos na formação do nosso português brasileiro.

Figura 1- Estrangeirismo e empréstimos

Estrangeirismos e empréstimos

É comum que palavras ou expressões estrangeiras passem a ser usadas em uma língua em decorrência de fatores variados, como contato comercial, cultural e tecnológico entre os povos.

No limite, todos os usos de palavras estrangeiras são **estrangeirismos**; mas, com o tempo, os termos podem ser incorporados à nova língua e muitas têm até mesmo sua grafia alterada — ao que chamamos de **empréstimos**.

Há, por exemplo, casos de empréstimos que se incorporaram de tal forma ao português que já tiveram sua grafia alterada e os percebemos como palavras da nossa língua, entre elas **menu**, **batom**, **sutiã** (do francês), **iogurte** (do turco). É mais fácil, entretanto, reconhecermos estrangeirismos que mantêm uma grafia típica da língua original; por exemplo: **shopping center**, **call**, **briefing**, **chat** (do inglês); **démodé**, **première**, **buffet** (do francês); **pizza**, **cappuccino** (do italiano), entre diversas outras.



Fonte: <https://www.edocente.com.br/pnld/segmento/ensino-medio/>

O tópico sobre "Estrangeirismos e empréstimos" apresenta uma omissão crítica que merece ser destacada: ao focar exclusivamente no contato comercial, cultural e tecnológico para justificar a incorporação de termos, e ao exemplificar majoritariamente



com línguas europeias (francês, inglês, italiano) e o turco, ignora-se o papel estruturante e forçado das línguas de origem africana na formação do léxico do Português do Brasil.

O empréstimo lexical de origem africana – notadamente o banto, o iorubá e o quimbundo – não adveio de intercâmbios culturais ou comerciais paritários, mas sim de um processo violento e compulsório decorrente da escravidão. Palavras como *dendê*, *cafuné*, *quiabo*, *moleque* e *samba* são exemplos de africanismos que se incorporaram profundamente ao idioma, alterando a própria sintaxe e fonética do Português brasileiro. A não inclusão e análise desses termos ao lado dos empréstimos europeus perpetua a invisibilidade histórica da matriz africana na constituição da identidade linguística nacional, falhando em cumprir o mandamento da EREER (Educação das Relações Étnico-Raciais) de reconhecer e valorizar a contribuição africana e afro-brasileira para a cultura e a língua.

Análise da obra da 2ª Série

O material apresentado não traz informações específicas ou detalhadas sobre as palavras de origem africana incorporadas ao português do Brasil. O foco principal está na análise literária de textos e poemas que abordam a experiência dos africanos e afrodescendentes no Brasil, especialmente no contexto da escravidão, bem como nas questões sociais, históricas e linguísticas relacionadas a esses temas. Portanto, com base no conteúdo fornecido, não há um tratamento direto ou uma discussão sobre o vocabulário de origem africana incorporado ao português brasileiro.

Análise da obra da 3ª Série

Na obra da 3ª série, especificamente no capítulo 2, destinado aos estudos literários do “Modernismo”, a sessão “Entre Saberes” aborda um tópico destinado à Língua e à identidade cultural. Aqui é introduzida a discussão sobre identidade e cultura brasileira a partir de uma perspectiva intimamente ligada ao Movimento Modernista, valorizando a busca pela língua brasileira e o registro dos usos do português falado como traços característicos desse período.

O Texto 1, A língua portuguesa no Brasil, de Eduardo Guimarães, cumpre o papel de contextualizar a entrada das línguas africanas, enfatizando o fator demográfico e a exclusão política. A menção à influência linguística é mínima e indireta, limitando-se a dizer que o "espaço de línguas do Brasil passa a incluir também a relação das línguas africanas dos escravos e o português", sem detalhar *como* essa relação se deu, nem *quais*



foram as contribuições. O ponto de maior ênfase é a conclusão crítica, onde considera-se que as línguas africanas e indígenas foram inseridas como línguas de povos a serem "escravizados," o que significa que "não há lugar para essas línguas e seus falantes" no projeto oficial, estabelecendo uma relação de violência e subalternidade.

A questão 1, letra (c), reforça esse foco ao questionar: “c) Na sociedade brasileira, as línguas faladas por indígenas e por africanos ocuparam que lugar em relação às línguas de imigração, na passagem do século XIX para o século XX? Por que isso ocorreu?” (P. 640). Espera-se, como resposta, que o discente perceba o preconceito gerado no processo de colonização e a falta de lugar para essas línguas.

O livro didático emprega o Texto 2 para direcionar o foco analítico especificamente para o legado linguístico-cultural negroafricano, notadamente a contribuição do mundo Banto, superando a mera contextualização histórica. Ao citar a linguista Yeda Pessoa de Castro, o material avança do reconhecimento demográfico para o detalhamento da influência estrutural, afirmando categoricamente que a contribuição africana alterou a língua portuguesa em todos os seus setores: léxico, semântico, prosódico e sintático. Essa alteração é descrita como "rápida e profunda na língua falada," sendo o fator determinante para conferir ao português do Brasil um "caráter próprio," distinto da modalidade europeia.

A abordagem ganha força pedagógica ao ilustrar essa tese com exemplos concretos de africanidade na sintaxe e fonética do português brasileiro, como a pronúncia rica em vogais (ex: *ri.ti.mo* por *rit.mo*), a marcação de plural nos determinantes (os *menino(s)*) e o emprego da dupla negação ("*Não quero não*"). Tal detalhamento não só valoriza a matriz africana em conformidade com as diretrizes curriculares, mas também fornece aos estudantes evidências da complexa e profunda mestiçagem linguística que define a identidade nacional.

A questão 2 é direta e extrai a informação central: Para Yeda Pessoa, os bantos nos deixaram um grande legado linguístico-cultural. Em que consiste a contribuição dos bantos para a formação linguística do Brasil? Como resposta, espera-se que o discente resuma a tese de Yeda Pessoa de Castro sobre a alteração do léxico, semântica, prosódia e sintaxe.

Em suma, a análise da estrutura didática do capítulo demonstra uma abordagem pedagogicamente eficaz ao lidar com a complexa influência africana na língua e identidade brasileiras. A estratégia se fundamenta no uso de textos com funções complementares: o Texto 1 estabelece o contexto histórico-político da colonização,



situando as línguas africanas em uma dinâmica de exclusão e violência institucional, o que é fundamental para a reflexão crítica. Em seguida, o Texto 2 avança para o mérito linguístico, detalhando as contribuições específicas (léxico, prosódia e sintaxe) que singularizaram o português do Brasil. Essa dualidade não apenas oferece uma visão abrangente do processo histórico-social, mas também cumpre a exigência da Lei nº 10.639/03 ao valorizar a matriz africana como um agente ativo e transformador, provendo, assim, uma base sólida para a promoção da educação antirracista no ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a analisar o tratamento conferido ao léxico de matriz africana na coleção didática de Língua Portuguesa *Português: Identidade*, para o Ensino Médio, buscando verificar a efetivação das prerrogativas da Lei nº 10.639/03 e das diretrizes da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) nos conteúdos de linguística. A investigação, de cunho qualitativo-documental, confirmou a hipótese inicial de que o reconhecimento da contribuição lexical africana na formação do Português do Brasil é pontual e inconsistente, apresentando uma abordagem heterogênea ao longo dos volumes analisados.

Em resposta à questão-problema, os livros didáticos contemplam, de forma seletiva e assistemática, os conhecimentos voltados ao léxico africano. Por um lado, a coleção demonstra momentos de alta intencionalidade didática e alinhamento com a perspectiva decolonial. O volume da 1ª Série, por exemplo, utiliza o estudo da Formação de Palavras para promover uma crítica antirracista, analisando os neologismos "*América*", "*pretuguês*") criados por Lélia Gonzalez como atos de ressignificação espacial e linguística. De maneira ainda mais aprofundada, o volume da 3ª Série aborda a influência africana a partir da linguista Yeda Pessoa de 12o, avançando da contextualização histórica para o detalhamento da contribuição estrutural dos bantos, que alterou o idioma em seus aspectos léxico, semântico, prosódico e sintático. Tais momentos cumprem o mandamento da Lei nº 10.639/03 ao valorizar a matriz africana como agente ativo e transformador da identidade linguística nacional.

Por outro lado, o estudo identificou uma persistente lacuna de coerência pedagógica e um viés eurocêntrico que corrobora a tese da Colonialidade do Saber (Quijano, 2005). A omissão mais flagrante reside no tratamento do tópico



"Estrangeirismos e empréstimos" na 1ª Série, onde o livro justifica a incorporação de vocábulos estrangeiros exclusivamente por fatores como contato comercial, cultural e tecnológico, e exemplifica majoritariamente com línguas europeias (francês, inglês, italiano) e o turco. Ao desconsiderar o empréstimo lexical de origem africana – ligado a um processo violento e compulsório decorrente da escravidão – como um empréstimo legítimo, o material didático perpetua a invisibilidade histórica dessa matriz na formação linguística. Adicionalmente, a obra da 2ª Série apresentou uma notável omissão, dedicando-se à análise literária e social, mas falhando em estabelecer uma discussão direta sobre o léxico de matriz africana.

Em suma, a coleção *Português: Identidade* revela a dificuldade em implementar a EREER de forma orgânica e transversal. A abordagem da temática oscila entre a excelência didática e a superficialidade, sendo funcional quando integrada a uma crítica identitária (neologismos, análise estrutural) e falha quando inserida em contextos de descrição puramente linguística (formação de palavras e empréstimos).

Conclui-se que a efetivação de uma proposta pedagógica antirracista na área de Linguagens requer maior intencionalidade didática e coerência programática. É imprescindível que os livros didáticos promovam a desconstrução do modelo eurocêntrico ao incorporar o léxico africano não como uma curiosidade etimológica ou um tema marginal, mas como um elemento estrutural e fundacional do Português do Brasil, conforme exige a Lei nº 10.639/03. Sugere-se que pesquisas futuras explorem a recepção desses conteúdos em sala de aula, verificando como os professores mobilizam, ou contornam, as lacunas identificadas no material didático.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Yeda Pessoa de. Camões com dendê. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, ano 7, n. 78, p.36-37, 2012.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 107-30.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

CEREJA, William; DAMIEN, Christiane; VIANNA, Carolina Dias. *Identidade Saraiva* [livro eletrônico] : Língua portuguesa : Linguagens e suas tecnologias : Ensino médio. 1. ed. -- São Paulo: Saraiva Educação, 2024.

